

Despacho RT-23/98, de 12 de Maio — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Despacho RT-22/98, de 12 de Maio — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Despacho RT21/98, de 12 de Maio — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Decreto-Lei n.º 152/91, de 23 de Abril.

Regimes de reingresso, mudança de curso e transferência:

Portaria n.º 317-A/96, de 29 de Julho;
 Portaria n.º 96/95, de 1 de Fevereiro;
 Portaria n.º 612/93, de 29 de Junho;
 Portaria n.º 390/95, de 2 de Maio.

Emolumentos e propinas:

Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto.
 Despacho RT-34/2004, de 10 de Agosto — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Resolução SU-33/2004, de 26 de Julho — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Despacho RT-17/2004, de 16 de Abril — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto — Lei do Financiamento do Ensino Superior Público;
 Despacho conjunto n.º 785/98, de 11 de Novembro — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Despacho conjunto n.º 335/98, de 16 de Abril — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Protocolo n.º 15/98, de 14 de Abril — disponível nos serviços académicos, em Braga;
 Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho.

Equivalência de habilitações estrangeiras de nível superior:

Portaria n.º 69/98, de 18 de Fevereiro;
 Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho.

Graus e títulos académicos:

Portaria n.º 1049/99, de 27 de Novembro;
 Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto;
 Decreto-Lei 216/92, de 13 de Outubro.

Cursos e planos de estudo:

Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro;
 Decreto-Lei n.º 155/89, de 11 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho;
 Portaria n.º 793/81, de 11 de Setembro;
 Decreto-Lei 173/80, de 29 de Maio;
 Guia da Universidade do Minho de 2004-2005 — cursos de licenciatura — disponível nos serviços académicos, em Braga;

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 20 259/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Setembro de 2005 do director (proferido por delegação de competências), foi concedida equiparação a bolseiro no estrangeiro aos seguintes docentes desta Faculdade:

Doutor João Paulo Filipe Soutelo Soeiro de Carvalho, professor associado desta Faculdade — no período compreendido entre 7 e 12 de Setembro de 2005.
 Doutor João Paulo Azevedo de Oliveira e Costa, professor associado desta Faculdade — no dia 16 de Novembro de 2005.
 Doutora Maria Fernandes Homem de Sousa Lobo Gonçalves, professora auxiliar desta Faculdade — no período compreendido entre 7 e 11 de Setembro de 2005.
 Doutora Maria Margarida Alves Monteiro Marques, professora auxiliar desta Faculdade — no período compreendido entre 8 e 11 de Setembro de 2005.
 Doutor Carlos Manuel Prudente Pereira da Silva, professor auxiliar desta Faculdade — no período compreendido entre 21 e 23 de Setembro de 2005.
 Doutora Ana Maria Viegas Firmino, professora auxiliar desta Faculdade — no período compreendido entre 24 e 30 de Setembro de 2005.
 Doutor António Pedro Ginestal Tavares de Almeida, professor auxiliar desta Faculdade — nos períodos compreendidos entre 20 e 25 de Setembro e 29 de Setembro e 2 de Outubro de 2005.

8 de Setembro de 2005. — O Director, *João Sàágua*.

Despacho n.º 20 260/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor de 5 de Agosto de 2005, foi autorizada a licença sem vencimento de longa duração, a partir de 1 de Janeiro de 2006, ao Doutor Francisco Tristão de Bethencourt Conceição Rodrigues, professor associado desta Faculdade, nos termos dos artigos 78.º e 79.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

8 de Setembro de 2005. — O Director, *João Sàágua*.

Despacho n.º 20 261/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Setembro de 2005 do director, proferido por delegação de competências:

Doutora Cláudia Maria Azenha Margato de Ramalho Sousa, professora auxiliar convidada a 30 % desta Faculdade — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período compreendido entre 14 e 27 de Outubro de 2005.

12 de Setembro de 2005. — O Director, *João Sàágua*.

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Aviso n.º 8252/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Agosto de 2005, proferido por delegação de competências:

Concedida equiparação a bolseiro fora do País aos docentes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa abaixo indicados:

Doutor Assis Farinha Martins, professor catedrático — no período de 11 a 16 de Setembro de 2005.
 Doutora Maria Luísa Martins Macedo de Faria Mascarenhas, professora catedrática — no período de 12 a 18 de Setembro de 2005.
 Doutora Maria Paula Pires dos Santos Diogo, professora associada — nos períodos de 19 a 28 de Agosto e de 11 a 15 de Setembro de 2005.
 Doutor Pedro Manuel Corrêa Calvente de Barahona, professor associado — no período de 7 a 12 de Setembro de 2005.
 Doutora Zulema Paula do Perpétuo Socorro Lopes Pereira, professora associada — no período de 10 a 15 de Setembro de 2005.
 Doutor Francisco Manuel Braz Fernandes, professor auxiliar — no período de 29 de Setembro a 2 de Outubro de 2005.
 Doutor Francisco de Moura e Castro Ascensão de Azevedo, professor auxiliar — no período de 30 de Setembro a 5 de Outubro de 2005.
 Doutor João Pedro Salgueiro Gomes Ferreira, professor auxiliar — no período de 4 a 17 de Setembro de 2005.
 Doutor Jorge Carlos Ferreira Rodrigues da Cruz, professor auxiliar — no período de 7 a 11 de Setembro de 2005.
 Doutor Luís Manuel Marques da Costa Caires, professor auxiliar — no período de 3 a 8 de Setembro de 2005.
 Doutor Manuel Duarte Ortigueira, professor auxiliar — no período de 6 a 13 de Agosto de 2005.
 Doutora Maria do Carmo Henriques Lança, professora auxiliar — no período de 10 a 17 de Setembro de 2005.
 Doutora Maria Eugénia Mendes Webb Torres Pereira Neves, professora auxiliar — no período de 20 a 26 de Agosto de 2005.
 Doutora Maria de Fátima Guerreiro da Silva Campos Raposo, professora auxiliar — no período de 25 de Agosto a 16 de Setembro de 2005.
 Doutora Maria Madalena Alves Campos de Sousa Dionísio Andrade, professora auxiliar — no período de 26 a 31 de Julho de 2005.
 Doutor Nuno Manuel Ribeiro Prego, professor auxiliar — no período de 24 de Setembro a 2 de Outubro de 2005.
 Doutor Paulo António Martins Ferreira Ribeiro, professor auxiliar — no período de 25 de Agosto a 16 de Setembro de 2005.
 Doutora Susana Maria dos Santos Nascimento Martins de Almeida, professora auxiliar — no período de 4 a 8 de Setembro de 2005.
 Licenciado Luís Filipe Figueira Brito Palma, assistente — no período de 18 a 23 de Setembro de 2005.
 Licenciado Paulo Orlando Reis Afonso Lopes, assistente — no período de 12 a 16 de Setembro de 2005.

Alterado o período de equiparação a bolseiro concedido à docente abaixo indicada:

Doutora Maria João Lobo de Reis Madeira Crispim Romão, professora associada — no período de 31 de Julho a 5 de Agosto de 2005 [aviso n.º 6848/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, a p. 10 568] para o período de 30 de Julho a 12 de Agosto de 2005.

Por meu despacho de 15 de Agosto de 2005, proferido por delegação de competências:

Doutora Lia Maldonado Teles Vasconcelos, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 1 a 13 de Setembro de 2005.

Por meu despacho de 18 de Agosto de 2005, proferido por delegação de competências:

Doutora Ana Maria Dinis Moreira, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 1 a 9 de Outubro de 2005.

Por meu despacho de 24 de Agosto de 2005, proferido por delegação de competências:

Doutor Pedro João Valente Dias Guerreiro, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 1 a 7 de Setembro de 2005.

25 de Agosto de 2005. — O Director, *A. M. Nunes dos Santos*.

Aviso n.º 8253/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutora Maria Teresa de Oliveira Ferreira — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente convidada a 100%, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005, por um ano, com direito ao vencimento mensal correspondente a 100% do escalão 3, índice 155, a que se refere o anexo n.º 1 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 373/99, de 18 de Setembro.

Por despacho de 23 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor António José Cabrita Lucas Laires, professor auxiliar de nomeação definitiva — nomeado definitivamente, precedendo concurso, professor associado do quadro de pessoal docente desta Faculdade, ficando exonerado do cargo anterior à data da aceitação.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2005. — O Director, *A. M. Nunes dos Santos*.

Aviso n.º 8254/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Agosto de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciada Filipa Alexandra Moreira Ferrada, monitora desta Faculdade — rescindido o contrato com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005, nos termos da alínea c) do artigo 36.º do ECDU, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2005. — O Director, *A. M. Nunes dos Santos*.

Faculdade de Economia

Despacho n.º 20 262/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2005, do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor António José Fernandes de Sousa — contratado em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como professor associado convidado, com agregação, em regime de tempo integral, a partir de 1 de Setembro de 2005, por um ano, renovável por iguais períodos até ao máximo de cinco anos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2005. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Arquitectura

Aviso n.º 8255/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto de 27 de Junho de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação deste aviso, concurso externo de ingresso para o preenchimento de uma vaga de auxiliar administrativo (grupo de pessoal auxiliar) do quadro de pessoal não docente desta Faculdade.

2 — Prazo de validade — o presente concurso é válido exclusivamente para o lugar indicado, caducando com o seu preenchimento.

3 — De acordo com a orientação técnica n.º 5/2004, da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), a publicação do presente

aviso foi precedida de oferta de emprego na bolsa de emprego público, bem como solicitada à DGAP a emissão da declaração de inexistência de pessoal em inactividade, no cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, que informou, através do seu ofício com a referência n.º 1948, de 9 de Março de 2005, não haver pessoal nas condições requeridas.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2002, de 15 de Janeiro.

5 — Conteúdo funcional — funções de natureza executiva simples, totalmente determinadas, implicando predominantemente esforço físico e exigindo conhecimentos de ordem prática, no âmbito de manutenção das instalações e equipamentos.

6 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Rua do Gólgota, 215, 4150-755 Porto.

7 — Vencimento e condições de trabalho — a remuneração para a categoria de auxiliar administrativo é a correspondente ao escalão e ao índice fixados no mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 2/2002, de 15 de Janeiro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

8 — Condições de candidatura:

8.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, nomeadamente:

- Ter a nacionalidade portuguesa;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias legalmente exigidas para o desempenho da função;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatórios;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais — podem candidatar-se os indivíduos com a escolaridade obrigatória de acordo com a data de nascimento do candidato (artigo 6.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), a saber:

Para os candidatos nascidos até 31 de Dezembro de 1966 — 4.ª classe;

Para os candidatos nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1967 — 6.ª classe;

Para os indivíduos nascidos a partir de 15 de Setembro de 1981 — 9.º ano.

9 — Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- Prova de conhecimentos gerais e específicos (1.ª fase);
- Entrevista profissional de selecção (2.ª fase).

9.1 — A prova de conhecimentos gerais e específicos tem carácter eliminatório desde que o candidato não obtenha classificação igual ou superior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações iguais ou superiores a 9,5 valores.

9.2 — A prova de conhecimentos gerais e específicos, com a duração máxima de uma hora, consiste numa prova escrita e tem por base o anexo II do programa de provas aprovado pelo despacho n.º 13 381/99, do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999, e incidirá sobre os seguintes conteúdos:

9.2.1 — Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para o ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultantes da vivência do cidadão comum;

9.2.2 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:

9.2.2.1 — Regime de férias, faltas e licenças;

9.2.2.2 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;

9.2.2.3 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;

9.2.2.4 — Deontologia do serviço público;

9.2.3 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto concurso.

Legislação aconselhável para a prova:

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março — regime de férias, faltas e licenças, com a nova redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo n.º 2 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;